



Adérito Sá Gomes - Presidente da Associação Nacional da Educação Técnica e Tecnológica (texto)

Tentando corresponder ao desafio que me foi lançado no sentido de apresentar uma reflexão sobre os desafios que se colocam à Educação para os próximos anos, irei procurar centrar as respostas às questões que me foram colocadas, partindo de uma reflexão sobre a missão da Escola enquanto organização educativa, embora defendendo, desde já, como desejável para o futuro, um crescente empenhamento de todos os actores educativos naquela missão e não apenas daqueles que fazem parte da estrutura escolar restrita, na observância do respeito pelas funções que a cada um cabe desempenhar:

- Aos poderes públicos, cabe definir e organizar as políticas de educação, dotando as escolas dos necessários meios destinados ao cumprimento da missão que lhe está confiada.
- Aos gestores escolares, cabe gerir a organização escolar nas suas diversas dimensões, sem esquecer a especificidade de que esta se reveste, desejavelmente, com maior autonomia.
- Aos professores, cabe a transmissão de conhecimentos e de valores, bem como o desenvolvimento de competências dos alunos, assentes em estratégias de ensino-aprendizagem centradas naqueles e adequadas aos respectivos contextos, no respeito pelo "core curriculum" estabelecido, tendencialmente, menos pesado e mais dirigido a aprendizagens, verdadeiramente, relevantes para cada ciclo de ensino.
- Aos alunos, cabe adquirir conhecimentos e competências, de acordo com as respectivas capacidades e aptidões e os meios que lhes forem fornecidos, conducentes à sua realização pessoal e à vivência de uma cidadania responsável.
- Aos pais, cabe acompanhar o processo educativo dos respectivos educandos em estreita colaboração e complementaridade com a escola e os demais actores educativos.
- Aos restantes elementos da comunidade, cabe cooperar com a escola tendo em conta que esta faz parte integrante de si mesma.

O Sistema Educativo, em geral, e a escola, em particular, não se concebem alheados dos paradigmas sócio-culturais enquanto edifícios epistemológicos do(s) modelo(s) de sociedade vigente ou a construir. As orientações da organização educativa dependem, de outras emanadas do contexto paradigmático, consubstanciando-se na assimilação do(s) paradigma(s) dominante(s) ou resistindo-lhes pela adopção de contraparadigmas.

Não existindo paradigmas sócio-culturais e/ou educacionais em estado puro nem modelos pedagógicos isentos de inconvenientes parece defensável incluir na presente reflexão o princípio de que à dinâmica social deve adaptar-se a organização educativa e que esta deverá ter a sensibilidade e a capacidade necessárias e suficientes para poder acompanhar aquela.

No dizer de Yves Bertrand e Paul Valois: “O paradigma educacional é bidireccional: por um lado, assegura a transição das exigências da sociedade à organização educativa e, por outro, traduz os resultados da reflexão e das práticas pedagógicas que a organização educativa pode transmitir à sociedade”.

A concessão de uma maior importância à escola como organização constituiu, sem dúvida, uma das evoluções mais significativas dos sistemas educativos nos anos 80. A escola-organização, assume-se, cada vez mais, como uma territorialidade no domínio educativo que vem preencher um vazio antes não ocupado, quer pelas perspectivas macro que elegiam o sistema educativo como objecto de análise, quer pelas perspectivas micro centradas na sala de aula. A orientação para uma mesoperspectiva que “descobre” a escola como objecto de investigação não corresponde a um mero alargamento da investigação educativa, mas antes a uma mudança qualitativa que pressupõe o reconhecimento das especificidades, dinâmicas e identidades próprias construídas pelas interacções dos actores que trabalham nessa nova territorialidade.

Segundo Nóvoa (1995), é fácil identificar um conjunto de razões que justificam este fenómeno, desde as questões técnicas e políticas, por exemplo, a dificuldade de gerir sistemas de grandes dimensões ou a necessidade de rentabilizar recursos cada vez mais escassos, até aos movimentos científicos e pedagógicos, passando por motivos de ordem profissional ou pela vontade de uma maior participação das comunidades na vida escolar.

A escola, dita tradicional, encontra-se, hoje, num tempo de profunda incerteza. Face a tal pressuposto impõem-se a reflexão e a mudança de paradigma capaz de fazer face, por um lado, à competição que lhe tem sido desencadeada, em particular, pelos “media” e, por outro, à necessidade de se adaptar ao processo de “Aprendizagem ao Longo da Vida” e às novas exigências impostas pela sociedade e pelo mundo do trabalho, para o que precisa de gerar “mais-valias” que a tornem mais apelativa a diferentes públicos-alvo, promovendo, necessariamente, a aquisição de novos conhecimentos e de novas competências, enquanto estrutura posicionável na construção da chamada “ Sociedade do Conhecimento”.

Nesta perspectiva de mudança, é, também, aconselhável, do meu ponto de vista, que se passe a ver a escola com outros “olhos”:

- Cada escola tem a sua personalidade própria que a caracteriza e que formaliza o comportamento dos seus membros.

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interacções que se produzem no seu seio, nomeadamente, entre grupos com interesses distintos, ainda que com uma mesma missão.

Educar, é uma missão, extremamente, complexa. Enquanto missão essencial da escola, esta terá de significar, cada vez mais, a promoção de um processo permanente de aquisição e desenvolvimento de competências (capacidades, atitudes, valores, habilidades e destrezas) destinadas ao

desempenho das diferentes funções humanas. Deverá constituir objectivo central da educação que esta contribua, decisivamente, para a auto-realização do indivíduo, de acordo com as suas capacidades, talentos e aptidões, levando-o a contribuir para a evolução e o progresso da sociedade, por forma a que seja a humanidade a tomar nas suas mãos a capacidade para dominar o seu próprio desenvolvimento, perseguindo a construção dos mais elevados padrões de qualidade de vida. Para tanto, será, todavia, importante atender aos diferentes contextos em que a função educativa é exercida, devendo a organização escolar ser dotada dos necessários meios aos níveis conceptual, humano e material.

No plano nacional, em que à Educação e à Formação Profissional parece estar a ser dada, finalmente, pelo poder político a importância e a atenção que merecem – mau grado alguns erros de percurso que espero venham a ser corrigidos a breve trecho, sob pena de produzirem importantes estrangimentos em pilares essenciais do Sistema Educativo – é desejável que se venham a encontrar os meios adequados para vencer os significativos atrasos que nos separam, especialmente, dos nossos parceiros europeus; se definam prioridades educativas e formativas e se aposte – não vejo outra alternativa! – massivamente, na qualificação dos recursos humanos de que o país dispõe, quer como forma de melhorar a nossa competitividade, quer como processo de dar resposta às necessidades desde há muito sentidas e reclamadas pelos tecidos social, empresarial e económico.

De outro modo, dificilmente, se poderão entender as opções definidas no QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional – no Plano Tecnológico ou no Plano Nacional de Emprego, entre outros instrumentos de natureza jurídico-formal.

Nesta conformidade, julgo indispensável enunciar, para além do que já ficou dito, anteriormente, as seguintes prioridades:

- Mobilizar a sociedade portuguesa para a aposta na qualificação dos recursos humanos.
- Adequar os “currículos” dos ensinos básico e secundário, incluindo os das vias vocacionais, tecnológicas e profissionais às novas exigências impostas pela competitividade da economia e pelo processo de globalização.
- Incrementar o uso das TIC.
- Reforçar a autonomia das escolas incorporando-lhes uma cultura de responsabilidade.
- Introduzir novos referenciais formativos – sobretudo de nível intermédio – no sistema de formação profissional, de forma a colmatar as carências que têm vindo a ser identificadas em diversas áreas, nomeadamente, no Ambiente, no Turismo e nas Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação.
- Apostar na melhoria da formação inicial e contínua dos professores e

formadores.

- Fomentar uma cultura de maior respeitabilidade social da profissão docente, incluindo, se necessário, o recurso a instrumentos de natureza jurídico-formal.

- Rever o estatuto do aluno do ensino não superior incorporando-lhe exigências de natureza ética e de disciplina pessoal inerentes à respectiva condição.

- Racionalizar e adequar a oferta de cursos superiores às exigências do mercado de trabalho.

- Reforçar as autonomias das instituições de ensino superior, universitário e politécnico.

Promover, através do necessário reforço de meios, a formação de Mestres e de Doutores, indispensáveis às diferentes actividades e áreas de I&D.

Lic. Adérito José de Sá Gomes

Pós graduado em Política e Educação Ambientale em Administração e Planificação da Educação
Doutorando em Educação(Presidente da Direcção Nacional da ANAPET)